



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

SERGIO GENIVAL AMORIM

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO EM TIRO
POLICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS:**

**Percepção dos policiais militares sobre as instruções
ministradas pelo Centro de Instrução e Tiro**

GOIÂNIA – GO

2026



SERGIO GENIVAL AMORIM

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO EM TIRO
POLICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS:**

**Percepção dos policiais militares sobre as instruções
ministradas pelo Centro de Instrução e Tiro**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof. Me. Leon Denis da Costa.

GOIÂNIA – GO

2026

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO EM
TIROPOLICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS:**

**Percepção dos policiais militares sobre as instruções
ministradas pelo Centro de Instrução e Tiro**

**EVALUATION OF THE INSTITUTIONAL TRAINING PROGRAM IN SHOOTING
POLICE OFFICER OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS:**

**Perception of military police officers regarding the instructions
provided by the Shooting and Instruction Center**

Sergio Genival Amorim¹
Prof. Me. Leon Denis da Costa²

Resumo: O presente estudo analisa o programa de capacitação em tiro policial da Polícia Militar do Estado de Goiás, com foco na percepção dos policiais militares sobre sua efetividade. O problema de pesquisa consiste em compreender como os participantes avaliam a frequência das instruções, a qualidade das atividades e o preparo técnico e a segurança para o uso do armamento institucional. O objetivo é avaliar o programa com base na percepção dos policiais, complementado pela análise normativa e das relações entre treinamento e desempenho percebido. A pesquisa é aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa, com coleta de dados por questionário estruturado aplicado a 704 policiais militares. Os dados foram analisados por estatística descritiva. Os resultados indicam que o programa possui base normativa estruturada e instrutores qualificados, contribuindo para a confiança dos policiais. Entretanto, evidenciam-se limitações na execução, especialmente a baixa frequência das instruções, a descontinuidade do treinamento e restrições estruturais, que comprometem a consolidação das habilidades operacionais. Conclui-se que a efetividade do programa depende principalmente da regularidade e continuidade das instruções, sendo necessária a adoção de medidas institucionais que garantam sua execução sistemática.

Palavras-chave: Uso da Força; Treinamento Policial; Tiro Policial; Capacitação Profissional; Segurança Pública.

¹ Capitão PM (PMGO), Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC, 2012), Instrutor de Tiro (PMGO), Subcomandante do Centro de Instrução e Tiro da PMGO.

² Tenente-Coronel PM (PMGO), Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2003), Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública (2013), Especialista em Altos Estudos de Segurança pública pela UEG / SSPGO (2023), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2016), Orientador do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO).

Abstract: This study analyzes the police firearms training program of the Military Police of the State of Goiás, focusing on the perception of military police officers regarding its effectiveness. The research problem consists of understanding how participants evaluate the frequency of instruction, the quality of activities, and the technical preparation and safety for the use of institutional weaponry. The objective is to evaluate the program based on the perception of the police officers, complemented by normative analysis and the analysis of the relationships between training and perceived performance. The research is applied, descriptive, and quantitative in approach, with data collection through a structured questionnaire applied to 704 military police officers. The data were analyzed using descriptive statistics. The results indicate that the program has a structured normative basis and qualified instructors, contributing to the confidence of the police officers. However, limitations in execution are evident, especially the low frequency of instruction, the discontinuity of training, and structural restrictions, which compromise the consolidation of operational skills. It is concluded that the effectiveness of the program depends mainly on the regularity and continuity of instruction, and that the adoption of institutional measures that guarantee its systematic execution is necessary.

Keywords: Use of Force; Police Training; Police Shooting; Professional Development; Public Safety.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui função essencial do Estado, voltada à preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e do patrimônio. No contexto brasileiro, a Constituição Federal atribui às polícias militares a atividade de polícia ostensiva e manutenção da ordem pública (Brasil, 1988). Nesse cenário, a atuação policial envolve situações complexas e de risco, exigindo tomada de decisão imediata e uso legítimo da força em contextos críticos (Bittner, 2003).

Entre as atribuições da atividade policial, destaca-se a possibilidade do uso da força como instrumento legítimo para contenção de situações que ameacem a ordem pública. Em casos extremos, esse uso pode envolver o emprego de arma de fogo, exigindo dos profissionais preparo técnico adequado e capacidade de tomada de decisão em contextos de alta pressão. Assim, a formação e a capacitação contínua dos policiais militares são fundamentais para garantir atuação legal e segura, estando a profissionalização policial diretamente relacionada ao preparo institucional dos agentes para contextos complexos e de risco (Bayley, 2006).

Sob essa ótica, o treinamento em tiro policial configura-se como componente essencial da formação profissional, uma vez que envolve o domínio de habilidades técnicas, cognitivas e comportamentais necessárias ao uso responsável do armamento institucional. Sua efetividade depende não apenas da qualidade das instruções ministradas, mas também de fatores como frequência, atualização, adequação metodológica e condições estruturais de execução.

No âmbito da gestão pública, a avaliação de programas de capacitação constitui instrumento relevante para verificar a efetividade das ações institucionais e subsidiar o processo de tomada de decisão. Na área da segurança pública, essa perspectiva torna-se particularmente relevante no que se refere à formação profissional dos policiais, sobretudo em atividades que envolvem risco elevado, como o uso de arma de fogo. Nesse sentido, a percepção dos próprios policiais acerca dos treinamentos recebidos configura-se como importante fonte de informação, possibilitando avaliar aspectos como qualidade das instruções, adequação dos conteúdos e impacto na atuação profissional.

Apesar da relevância do tema, ainda são reduzidos os estudos que analisam programas de capacitação em tiro policial a partir da percepção dos próprios policiais militares, especialmente no contexto das polícias militares brasileiras. Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas voltadas à compreensão mais aprofundada desses processos institucionais, considerando seus reflexos na profissionalização policial, na segurança dos agentes e na qualidade do serviço prestado à sociedade.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como os policiais militares da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) avaliam o programa institucional de capacitação em tiro policial, especialmente no que se refere à frequência das instruções, à qualidade das atividades desenvolvidas e à percepção de preparo técnico e segurança para o uso do armamento institucional?

Para responder a esse problema, estabelece-se como objetivo geral avaliar o programa de capacitação em tiro policial da Polícia Militar do Estado de Goiás, com base na percepção dos policiais militares participantes. Como objetivos específicos, busca-se: (a) descrever o marco normativo que regula a capacitação em tiro policial; (b) identificar a avaliação dos policiais acerca das instruções recebidas; e (c) analisar a relação entre o treinamento e a percepção de preparo e segurança para o uso de arma de fogo.

Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa, utilizando questionário estruturado aplicado a policiais militares inseridos no recorte institucional definido para o estudo, composto por profissionais que participaram de instruções de tiro entre 2021 e 2025. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, permitindo identificar padrões de percepção e realizar análises comparativas entre diferentes perfis de participantes.

Além desta introdução, o trabalho estrutura-se em revisão da literatura, metodologia, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A compreensão do uso da força na atividade policial, bem como dos processos de capacitação profissional e avaliação de programas no âmbito da gestão pública, constituem elementos fundamentais para a análise do treinamento em tiro policial. Nesse contexto, esta seção apresenta os principais referenciais teóricos que sustentam a pesquisa, organizados em três eixos: o uso da força na atividade policial, a capacitação profissional na atividade policial e a avaliação de programas na gestão pública.

2.1 Uso da força na atividade policial

A segurança pública constitui função essencial do Estado, voltada à preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e do patrimônio. No Brasil, a CF atribui às polícias militares o exercício da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública (Brasil, 1988). Nesse contexto, a atividade policial exige elevado preparo técnico, operacional e jurídico para atuação em situações potencialmente críticas.

A literatura especializada destaca que a possibilidade do uso da força constitui elemento central para a compreensão da atividade policial. Nesse sentido, Bittner (2003) afirma que a característica distintiva da polícia reside na capacidade legítima de utilizar a força quando necessário para resolver problemas que ameaçam a ordem pública. Assim, a polícia representa a instituição encarregada de intervir em situações nas quais outros mecanismos de controle social não se mostram suficientes para restabelecer a ordem.

Essa prerrogativa institucional, contudo, não se apresenta de forma irrestrita, estando condicionada a parâmetros legais e técnicos que orientam sua aplicação. No Brasil, o uso da força pelos profissionais de segurança pública deve observar princípios como legalidade, necessidade, proporcionalidade, razoabilidade e responsabilização. Tais diretrizes foram reforçadas por normas recentes, como o Decreto nº 12.341, de 2024, que estabelece diretrizes nacionais para o uso da força pelos profissionais de segurança pública, e a Portaria nº 855, de 2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que regulamenta procedimentos operacionais e enfatiza a capacitação contínua dos agentes (Brasil, 2024; 2025).

No plano operacional, esses princípios são materializados por modelos institucionais que orientam a seleção do nível de resposta adequado a cada situação. Na PMGO, o Procedimento Operacional Padrão (POP) adota o modelo de uso seletivo da força, organizando níveis progressivos de intervenção, conforme na Figura 1, que variam desde a presença policial

até o emprego de arma de fogo, considerado o nível máximo de força potencialmente letal (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2026).



Fonte: PMGO (2026)

Sob a perspectiva teórica, o uso da força não deve ser compreendido apenas como um recurso técnico, mas como um processo decisório complexo, que envolve avaliação de risco, julgamento situacional e controle emocional. Bayley (2006) destaca que a profissionalização policial está diretamente relacionada à capacidade institucional de preparar seus agentes para atuar em contextos de incerteza, nos quais decisões precisam ser tomadas de forma rápida e fundamentada.

Nessa lógica, a efetividade do uso da força encontra-se diretamente relacionada à qualidade da formação e da capacitação policial. A ausência de treinamento adequado ou de atualização periódica pode comprometer a tomada de decisão em situações críticas, aumentando os riscos tanto para os próprios agentes quanto para a sociedade. Assim, a capacitação contínua apresenta-se como elemento indispensável para garantir que o uso da força ocorra dentro dos parâmetros legais e técnicos estabelecidos.

Nesse aspecto, o treinamento em tiro policial assume papel central na formação profissional, por envolver o domínio de instrumento de força potencialmente letal. Além das habilidades técnicas, esse tipo de treinamento deve contemplar aspectos relacionados à tomada de decisão sob estresse, à percepção situacional e à atuação em cenários compatíveis com a realidade operacional, reforçando a importância de programas de capacitação estruturados, periódicos e continuamente avaliados.

2.2 Capacitação profissional na atividade policial

A profissionalização das instituições policiais está diretamente relacionada à existência de padrões institucionais de atuação, à padronização de procedimentos e à formação técnica

adequada dos seus integrantes (Bayley, 2006). Nesse sentido, a capacitação profissional constitui elemento essencial para garantir que o uso da força ocorra dentro dos limites estabelecidos pelas normas legais e operacionais, contribuindo para a legitimidade da atuação policial.

No campo da gestão de pessoas, o treinamento organizacional é compreendido como um processo sistemático voltado ao desenvolvimento de competências profissionais, envolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções (Chiavenato, 2021). Em se tratando do setor público, a qualificação dos servidores assume papel estratégico, uma vez que a qualidade das políticas públicas depende diretamente da capacidade técnica dos profissionais responsáveis por sua implementação (Bergue, 2020).

No contexto da segurança pública, os programas de capacitação representam instrumentos fundamentais para o fortalecimento institucional das organizações policiais. A formação eficaz dos policiais contribui para aprimorar o desempenho operacional, reduzir riscos nas intervenções e aumentar a eficiência dos serviços prestados à sociedade (Brasil, 2014), evidenciando que a capacitação deve ser compreendida como processo permanente e não como ação pontual.

Entre as competências operacionais exigidas dos agentes de segurança pública, destaca-se o domínio do armamento institucional, considerando que a arma de fogo constitui instrumento de força potencialmente letal. O treinamento em tiro policial, portanto, configura-se como componente essencial da formação profissional, envolvendo não apenas o domínio técnico, mas também aspectos relacionados à tomada de decisão, ao controle emocional e à atuação em situações de risco.

Estudos recentes indicam que a efetividade do treinamento policial está diretamente relacionada à continuidade das instruções, à frequência das atividades e à adequação metodológica das práticas formativas à realidade operacional (Costa, 2025; Matos, 2025; Nogueira, 2023). Embora Bayley (2006) enfatize a profissionalização policial sob perspectiva institucional, autores como Moreira (2009) e Nogueira (2023) direcionam a análise para os aspectos operacionais do treinamento, destacando a repetição prática, o realismo metodológico e a exposição contínua a cenários dinâmicos como elementos centrais para a consolidação das habilidades em tiro policial.

Complementarmente, Alves (2025) destaca que a capacitação em tiro policial deve ultrapassar o modelo tradicional centrado exclusivamente no disparo real, incorporando estratégias como treinamento a seco, simulação de cenários e desenvolvimento progressivo das competências operacionais. Segundo o autor, a efetividade do treinamento não depende

exclusivamente da quantidade de munição utilizada, mas da qualidade metodológica das instruções e da continuidade da prática. Nessa mesma perspectiva, Moreira (2009) ressalta que a estruturação metodológica do treinamento influencia diretamente na consolidação das habilidades operacionais e na efetividade da formação policial.

No âmbito da PMGO, a capacitação em tiro policial é regulamentada por normas específicas, como o Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás (REPMGO), as Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução (NPCI) e Instrução Normativa, que estabelecem diretrizes para o planejamento, execução e controle das instruções, incluindo quantitativos de munição, critérios de habilitação, atualização e diretrizes para execução das instruções de tiro policial (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2020; 2021; 2024).

Apesar da existência de diretrizes normativas e de avanços metodológicos na literatura, a efetividade da capacitação policial depende da adequada articulação entre esses elementos e sua implementação no contexto institucional, o que pode apresentar variações significativas. Nessa perspectiva, torna-se fundamental compreender como esses programas são efetivamente executados e avaliados, especialmente a partir da percepção dos policiais militares.

2.3 Avaliação de programas na gestão pública

No âmbito da gestão pública moderna, a avaliação de programas governamentais constitui importante instrumento de verificação da efetividade das ações institucionais. Avaliar não se limita ao controle formal das atividades executadas, mas envolve a análise dos resultados produzidos, das limitações existentes e das possibilidades de aprimoramento das políticas públicas.

Conforme observam Rua e Romanini (2021), a avaliação de políticas públicas contribui para o aprimoramento da gestão governamental ao fornecer informações relevantes para o processo de tomada de decisão, promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Sob a perspectiva da administração pública contemporânea, Bresser-Pereira (1996) destaca que a efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua formulação normativa, mas da capacidade institucional de implementá-las de forma orientada a resultados, exigindo mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação.

Na esfera da segurança pública, estudos recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025) reforçam a importância do monitoramento e da avaliação das práticas institucionais como instrumentos voltados ao aprimoramento da gestão, da formação profissional e da efetividade das políticas públicas de segurança.

No campo específico da avaliação de treinamento, Chiavenato (2021) destaca que a percepção dos participantes constitui importante indicador da efetividade das ações de capacitação, permitindo identificar aspectos relacionados à satisfação, qualidade das instruções e adequação das atividades desenvolvidas. Esse tipo de avaliação é amplamente utilizado como instrumento inicial para o aprimoramento das ações de treinamento e desenvolvimento profissional (Marras, 2016). Em complemento, Jannuzzi (2014) ressalta que a utilização da percepção dos usuários como indicador de avaliação possibilita identificar a efetividade das políticas implementadas e subsidiar o processo de tomada de decisão na gestão pública.

No contexto da segurança pública, a avaliação de programas de capacitação torna-se particularmente relevante, pois permite analisar a efetividade dos treinamentos ofertados e compreender como esses processos são experienciados pelos próprios policiais. Nesse sentido, a percepção dos participantes constitui importante indicador para identificar aspectos relacionados à qualidade das instruções, adequação dos conteúdos, frequência das atividades e contribuição para a atuação profissional.

Sob essa perspectiva, a avaliação baseada na percepção dos policiais militares não se limita à mensuração de satisfação, mas possibilita compreender, de forma mais ampla, os impactos do treinamento sobre o preparo técnico e a segurança para o uso do armamento institucional, especialmente em situações operacionais reais.

Dessa forma, a avaliação do programa institucional de capacitação em tiro policial da PMGO, com base nas respostas dos policiais militares participantes da pesquisa, insere-se na perspectiva de aprimoramento das práticas institucionais de formação profissional. A análise dos dados coletados permite identificar potencialidades, limitações e oportunidades de melhoria, contribuindo para o aperfeiçoamento do treinamento policial e da qualidade dos serviços de segurança pública.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem quantitativa e delineamento descritivo. O estudo foi desenvolvido com base no método dedutivo, permitindo relacionar referenciais teóricos e normativos à análise empírica do programa de capacitação em tiro policial da PMGO (Marconi; Lakatos, 2017).

A população da corporação é composta por 11.292 policiais militares. Entretanto, o presente estudo adota um recorte institucional, constituído por 1.496 policiais militares, correspondentes aos profissionais que participaram de instruções de tiro no período de 2021 a

2025, no âmbito do 1º Comando Regional da Polícia Militar/Comando de Policiamento da Capital (1º CRPM/CPC), recorte que configura o universo investigado da pesquisa.

A amostra foi composta por 704 policiais militares participantes da pesquisa, caracterizando amostragem não probabilística por conveniência. Embora essa técnica não permita generalizações estatísticas a toda corporação, o quantitativo obtido mostra-se expressivo em relação ao universo investigado, contribuindo para maior estabilidade das análises e consistência dos resultados.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 2 e 25 de abril de 2026, por meio de questionário eletrônico estruturado (*Google Forms*), aplicado a policiais militares lotados em Goiânia (GO) que participaram de instruções de tiro no período delimitado. A divulgação ocorreu mediante articulação com comandantes das unidades envolvidas e contato direto com policiais militares vinculados a atividades formativas no Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), não se tratando de levantamento censitário.

O instrumento de pesquisa foi elaborado com base na literatura científica e nos normativos institucionais da PMGO, sendo composto majoritariamente por questões estruturadas em escala *Likert* de cinco pontos, conforme apresentado no Apêndice C. Antes da aplicação definitiva, realizou-se pré-teste com grupo reduzido de policiais militares não integrantes da amostra, com a finalidade de verificar a clareza, compreensão e consistência das questões.

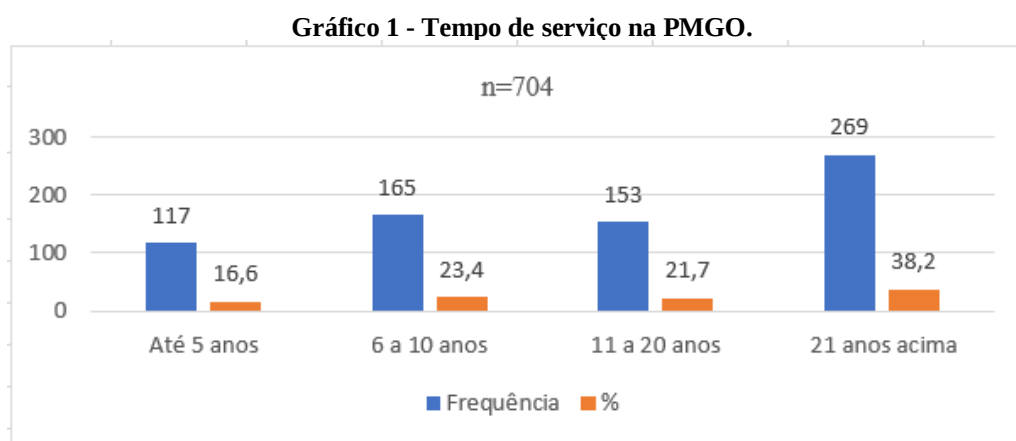
Os dados coletados foram organizados em banco de dados eletrônico e analisados por meio do *software IBM SPSS Statistics* (versão 20), utilizando-se estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas. Também foram realizados cruzamentos entre variáveis relacionadas ao tempo de serviço, frequência de treinamento, atividade desempenhada e percepção de preparo e segurança para o uso do armamento institucional, conforme abordagem metodológica descrita por Gil (2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos junto aos policiais militares, abordando o perfil dos participantes, a frequência e avaliação das instruções de tiro, a percepção de preparo e segurança e as principais dificuldades da capacitação, relacionando os dados à fundamentação teórica e às normas institucionais da PMGO. Embora o instrumento de coleta contemplasse outras variáveis relacionadas ao treinamento policial, a análise concentrou-se nas dimensões diretamente vinculadas aos objetivos específicos da pesquisa.

4.1 Perfil dos participantes

A amostra foi composta por 704 policiais militares do estudo, em que predominam participantes com maior tempo de serviço na corporação. Os respondentes com mais de 21 anos de serviço correspondem a 38,2% da amostra, seguidos pelos grupos com 6 a 10 anos (23,4%), 11 a 20 anos (21,7%) e até 5 anos de serviço (16,6%), conforme apresentado no Gráfico 1.

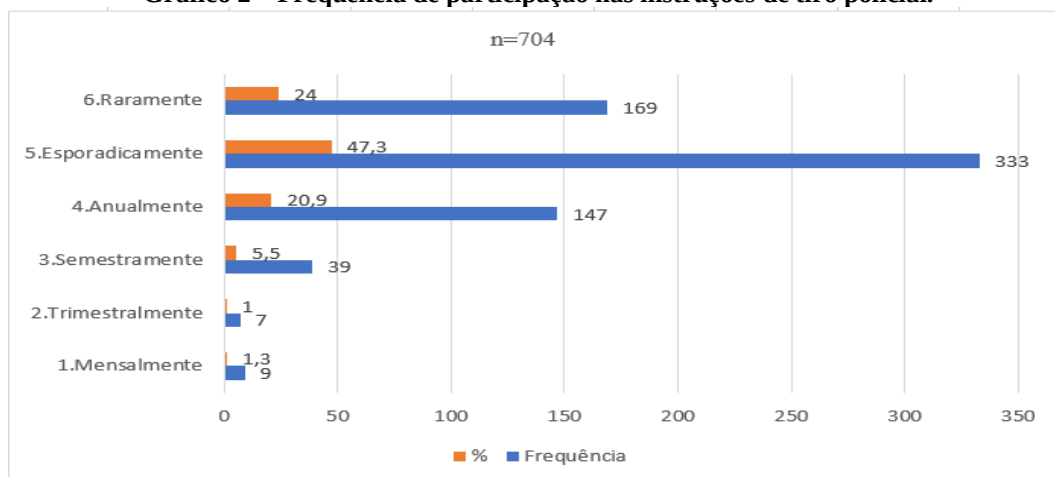


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A predominância de participantes com mais de 10 anos de tempo de serviço (59,9%), confere consistência às análises, uma vez que esses profissionais possuem maior vivência institucional e operacional, o que tende a proporcionar percepções mais fundamentadas acerca dos processos de formação e capacitação policial. Nesse sentido, Bergue (2020) destaca que a experiência acumulada no setor público contribui para o desenvolvimento de competências e para uma compreensão mais qualificada das práticas organizacionais.

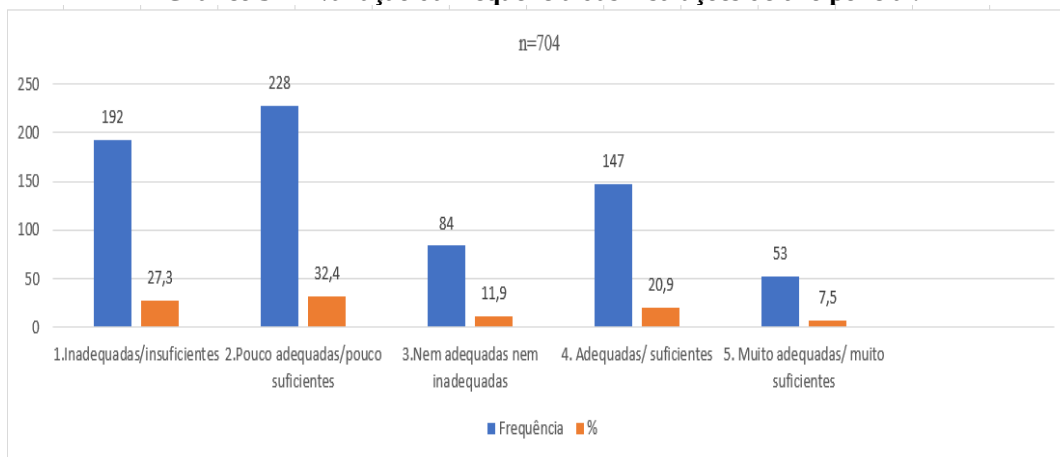
4.2 Frequência das instruções de tiro

No que se refere à participação em instruções de tiro nos últimos cinco anos, os dados evidenciam baixa regularidade na realização dos treinamentos. A maior parte dos respondentes declarou participar de forma esporádica (47,3%) ou rara (24,0%), totalizando 71,3% da amostra, o que evidencia um padrão estrutural de descontinuidade do treinamento, e não um comportamento pontual ou isolado. Já a participação anual foi indicada por 20,9% dos participantes, enquanto frequências mais elevadas apresentaram percentuais reduzidos: semestral (5,5%), trimestral (1,0%) e mensal (1,3%), conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Frequência de participação nas instruções de tiro policial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A percepção dos participantes acerca da frequência das instruções no Gráfico 3 reforça esse cenário, uma vez que 59,7% dos participantes consideram a periodicidade inadequada ou pouco adequada, enquanto apenas 28,4% avaliam a frequência como adequada ou muito adequada.

Gráfico 3 – Avaliação da frequência das instruções de tiro policial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

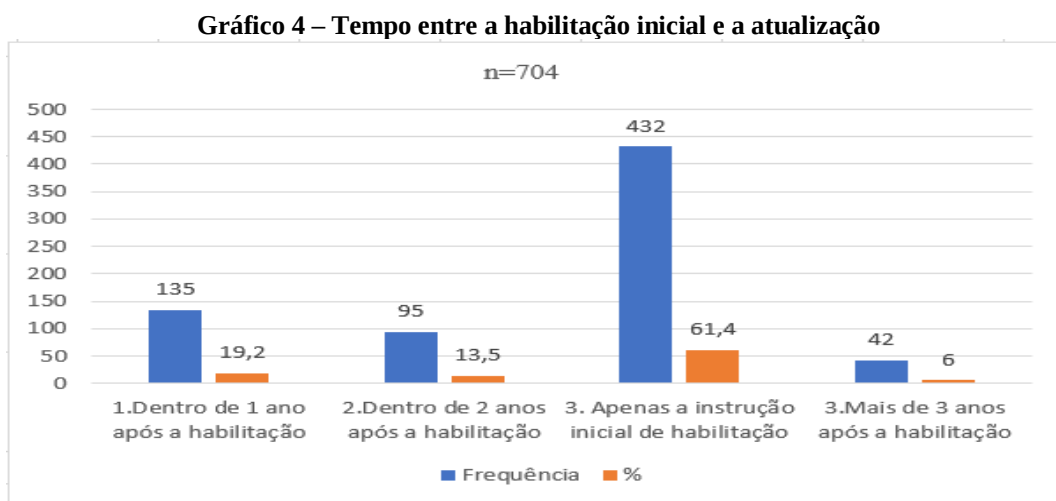
A análise normativa permite observar que o REPMGO estabelece a capacitação profissional como processo contínuo ao longo da carreira, estruturando o sistema de ensino institucional com base na formação inicial e na formação continuada.

De forma complementar, a NPCI disciplina o planejamento, a execução e o controle das atividades de treinamento, prevendo sua realização de forma sistemática no âmbito da corporação, ao definir a instrução como atividade essencial à manutenção da capacidade operacional do policial militar (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2020; 2021).

Os normativos internos acima descritos são referenciados pelo Decreto nº 12.341, de 2024, que estabelece diretrizes nacionais para o uso da força pelos profissionais de segurança pública, e a Portaria nº 855, de 2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que regulamenta procedimentos operacionais e enfatiza a capacitação contínua dos agentes da segurança pública (Brasil, 2024; 2025), reforçando a perspectiva do treinamento contínuo como requisito essencial para uma atuação proporcional, legal e segura por parte dos agentes públicos.

Entretanto, ao confrontar essas previsões normativas com os dados empíricos, os resultados sugerem discrepância entre as diretrizes institucionais previstas e a percepção dos participantes acerca de sua implementação prática. A predominância de participação esporádica ou rara nas instruções indica que a continuidade prevista normativamente não é percebida de forma consistente pelos participantes.

Além da baixa frequência das instruções, os dados evidenciam limitação relevante quanto à atualização pós-habilitação para o uso das armas institucionais, descrita no Gráfico 4. Verificou-se que 61,4% dos participantes relataram ter recebido apenas a instrução inicial de habilitação, sem atualização posterior. Em contrapartida, 19,2% afirmaram ter recebido atualização dentro de um ano após a habilitação, 13,5% em até dois anos e 6,0% após período superior a três anos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

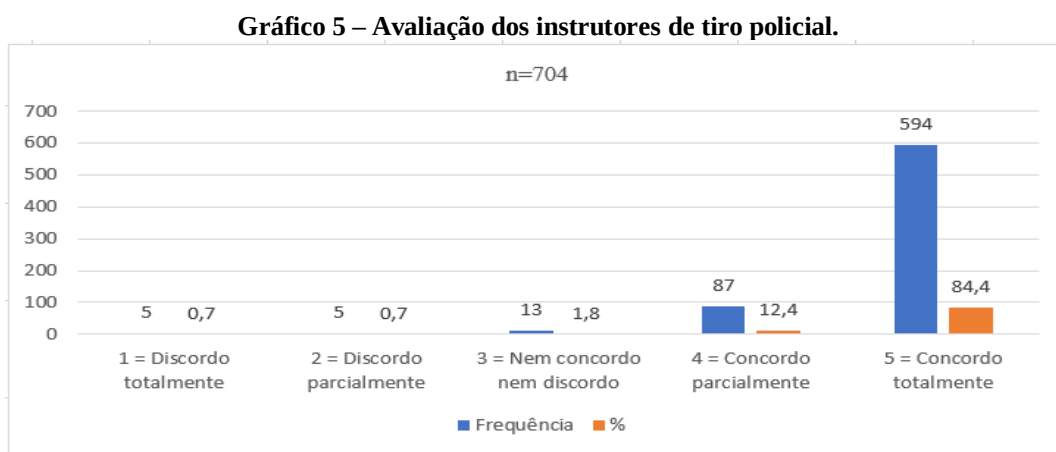
Destaca-se, ainda, que os documentos institucionais analisados se concentram na estruturação formal do processo de capacitação, não estabelecendo mecanismos concretos que assegurem, na prática, a regularidade das instruções nem as condições materiais necessárias à sua execução. Tal característica indica que a limitação observada não decorre da ausência de previsão normativa, mas de fragilidades na implementação das diretrizes institucionais.

Sob a ótica da avaliação de políticas públicas, Rua e Romanini (2021), destacam que a efetividade das ações governamentais depende da coerência entre formulação e execução. Nessa mesma linha, Bresser-Pereira (2016) ressalta que a existência de diretrizes normativas não garante, por si só, a efetividade das políticas públicas, sendo indispensável a capacidade institucional de implementação e monitoramento orientados a resultados.

Nesse sentido, os resultados sugerem limitações percebidas na implementação da política de capacitação em tiro policial, especialmente no que se refere à periodicidade das instruções, variável central para a consolidação das habilidades operacionais.

4.3 Avaliação dos instrutores de tiro e percepção de preparo técnico

A avaliação do Gráfico 5 evidencia elevado nível de reconhecimento técnico em relação aos instrutores responsáveis pelas instruções de tiro, com 96,8% de avaliações positivas, indicando percepção amplamente favorável dos participantes quanto ao domínio técnico e à condução das atividades pelos instrutores. Esse resultado é coerente com o entendimento de Chiavenato (2021), segundo o qual a efetividade do treinamento organizacional está diretamente relacionada a fatores como qualificação dos instrutores, adequação metodológica e dos conteúdos ministrados.

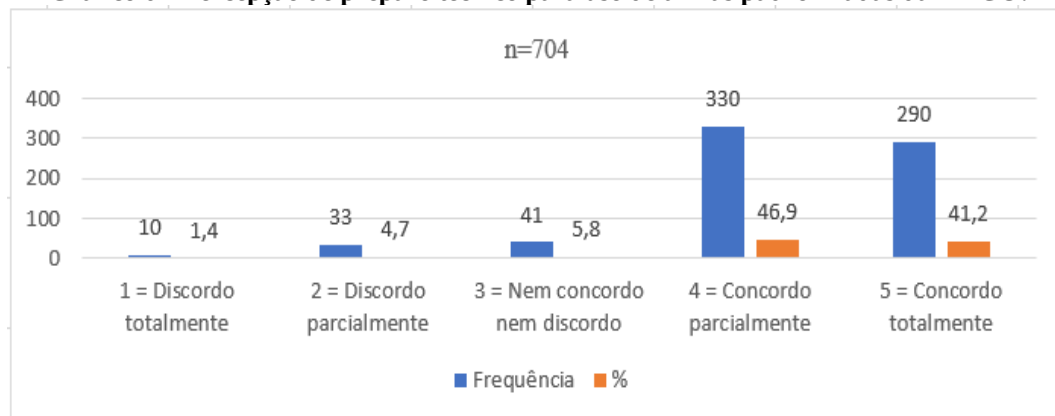


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Entretanto, quando analisados os aspectos relacionados ao preparo técnico para o uso de armas padronizadas da PMGO, segundo o Gráfico 6, observa-se prevalência de avaliações intermediárias, sugerindo que o nível de confiança e preparo técnico percebido pelos participantes não se apresenta de forma plenamente consolidada. Embora os resultados indiquem percepção majoritariamente positiva, a concentração em faixas intermediárias

demonstra que parcela significativa dos policiais não se sente totalmente preparada para o emprego técnico do armamento institucional, sugerindo possíveis limitações na percepção de consolidação do preparo operacional.

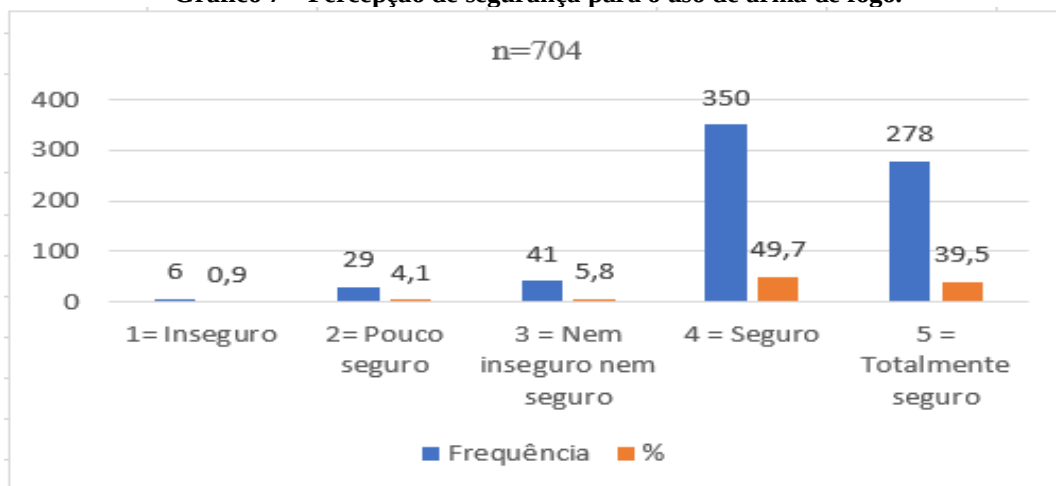
Gráfico 6 – Percepção de preparo técnico para uso de armas padronizadas da PMGO.



A literatura técnico-operacional reforça esse achado ao indicar que a efetividade do treinamento em tiro policial está diretamente relacionada à continuidade das instruções, à exposição frequente a cenários dinâmicos e ao realismo metodológico das atividades desenvolvidas (Moreira, 2009; Nogueira, 2021). Nessa perspectiva, embora os instrutores sejam tecnicamente bem avaliados pelos participantes, a percepção de preparo operacional pode estar associada a fatores como baixa frequência dos treinamentos, limitação das práticas simuladas e insuficiente progressão metodológica das instruções, elementos apontados pela literatura como essenciais para o desenvolvimento consistente das competências necessárias à atuação policial em situações reais.

4.4 Percepção de segurança e relações entre as variáveis analisadas

A percepção de segurança para o uso de arma de fogo em situação real apresenta resultados predominantemente positivos. Conforme demonstrado no Gráfico 7, em que 49,7% dos participantes afirmaram sentir-se “seguros” e 39,5% “totalmente seguros”, totalizando 89,2% de avaliações positivas. Por outro lado, 5,8% apresentaram posição neutra e 5,0% relataram algum nível de insegurança. Apesar da predominância de respostas positivas, observa-se maior concentração na categoria “seguro” em comparação à categoria “totalmente seguro”, indicando que a percepção de confiança operacional, embora elevada, não se apresenta de forma plenamente consolidada entre todos os participantes.

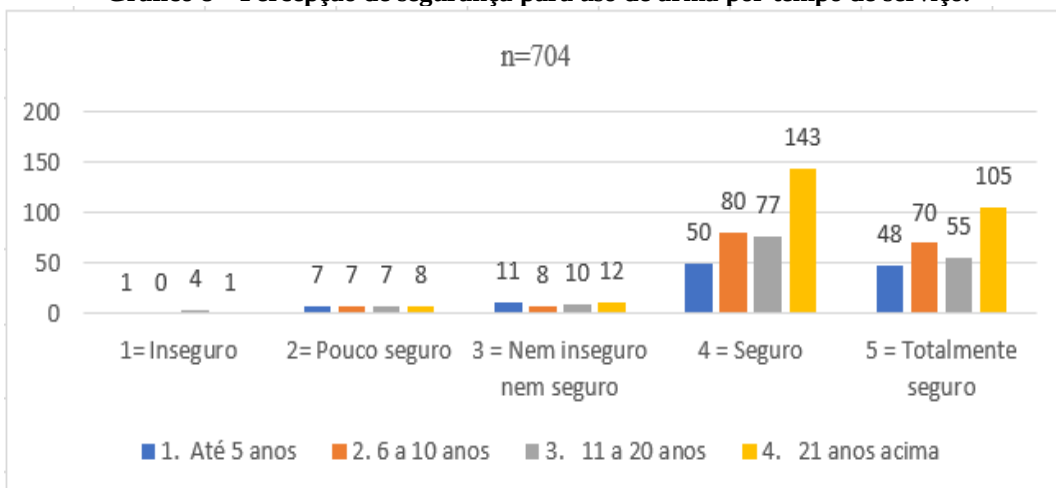
Gráfico 7 – Percepção de segurança para o uso de arma de fogo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse achado pode ser interpretado à luz da literatura sobre atividade policial e experiência profissional. Bittner (2003) destaca que o trabalho policial envolve decisões situacionais fortemente influenciadas pela vivência operacional cotidiana. Assim, os resultados sugerem que a percepção de segurança pode estar associada não apenas ao treinamento formal, mas também à experiência prática acumulada ao longo da atividade profissional.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dessa percepção, foram realizadas análises relacionando variáveis relacionadas ao tempo de serviço, ao tipo de atividade desempenhada e à atualização pós-habilitação para o uso do armamento institucional.

Na relação entre percepção de segurança para uso do armamento por tempo de serviço na PMGO, descrita no Gráfico 8, observa-se predominância de respostas positivas em todos os grupos analisados.

Gráfico 8 – Percepção de segurança para uso de arma por tempo de serviço.

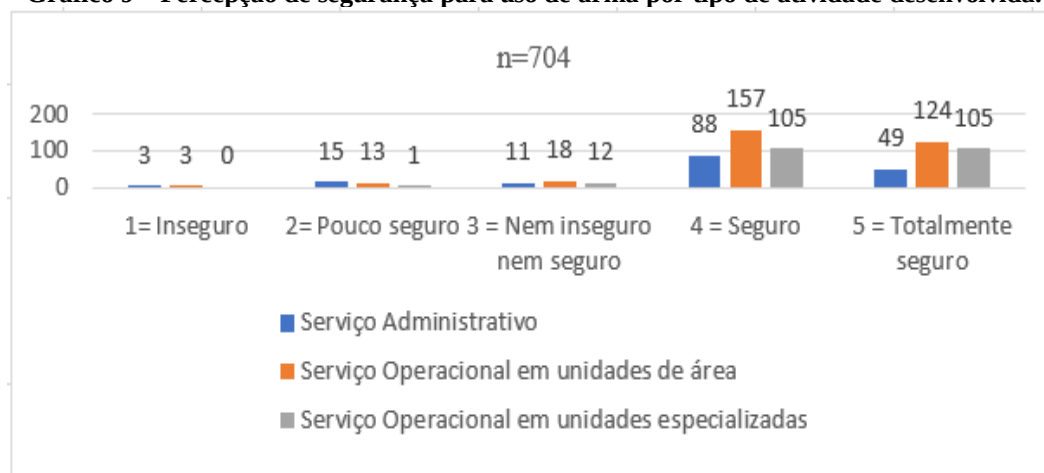
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os maiores quantitativos concentram-se entre participantes com mais de 21 anos de serviço, em razão da maior representatividade desse grupo na amostra. Proporcionalmente, entretanto, os percentuais de percepção positiva mantêm comportamento relativamente homogêneo entre as diferentes faixas de tempo de serviço.

Esse resultado sugere que a percepção de segurança não está exclusivamente associada à experiência prática, podendo refletir também fatores como formação inicial recente, frequência do treinamento e autopercepção individual de preparo operacional. Por outro lado, policiais participantes com maior tempo de serviço tendem a apresentar percepção ligeiramente mais moderada, o que pode indicar compreensão mais crítica e realista das situações de risco.

Na análise da percepção de segurança por tipo de atividade desempenhada na PMGO, conforme o Gráfico 9, embora se observem diferenças entre os grupos analisados, há predominância de respostas positivas em todos os grupos, com maiores níveis de segurança percebida entre os policiais que atuam em funções operacionais.

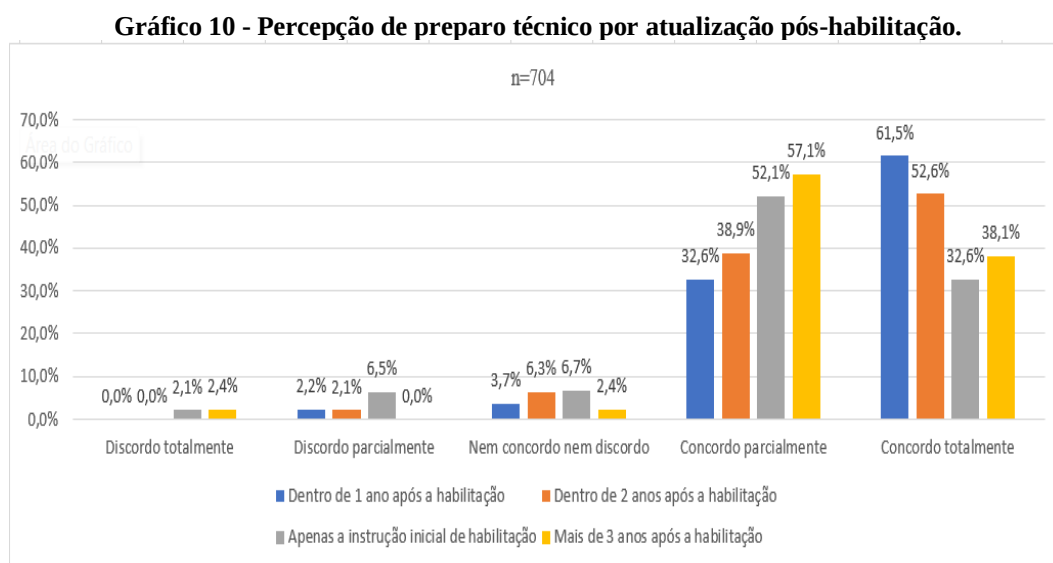
Gráfico 9 – Percepção de segurança para uso de arma por tipo de atividade desenvolvida.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Entre os policiais participantes do serviço operacional em unidades de área, verifica-se o maior quantitativo de respostas na categoria “seguro”, enquanto, nas unidades especializadas, observa-se equilíbrio entre as categorias “seguro” e “totalmente seguro”. Já entre os policiais do serviço administrativo, embora também predominem percepções positivas, observa-se incidência relativamente menor de respostas na categoria “totalmente seguro”. Esses resultados sugerem que a exposição mais frequente a situações operacionais e o contato contínuo com o uso potencial da força podem contribuir para maior percepção de confiança no manuseio do armamento, enquanto, a menor exposição pode estar associada a percepção menos consolidada de segurança operacional.

A análise da relação entre percepção de preparo técnico por atualização pós-habilitação, conforme o Gráfico 10, sugere associação entre continuidade da capacitação e maior percepção de preparo técnico. Entre os policiais respondentes que receberam atualização dentro de um ano após a primeira habilitação, 61,5% afirmaram “concordar totalmente” com seu preparo técnico, enquanto 32,6% indicaram “concordar parcialmente”. Resultado semelhante foi identificado entre aqueles que receberam atualização em até dois anos, grupo no qual 52,6% dos participantes relataram “concordar totalmente” e 38,9% “concordaram parcialmente”.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Por outro lado, entre os respondentes que relataram ter recebido apenas a instrução inicial de habilitação, observa-se redução significativa da percepção de preparo técnico. Nesse grupo, apenas 32,6% dos participantes afirmaram “concordar totalmente” com seu preparo técnico, enquanto 52,1% concentraram-se na categoria “concordo parcialmente”, além de apresentarem maiores índices de respostas neutras e negativas.

Os resultados sugerem associação entre a atualização periódica e maior percepção de preparo técnico, sugerindo que a habilitação inicial, isoladamente, não se mostra suficiente para manutenção plena das competências operacionais relacionadas ao uso do armamento institucional. Esse achado converge com Moreira (2009), ao destacar que a consolidação das habilidades em tiro policial depende da continuidade do treinamento, da repetição prática e da atualização sistemática das competências operacionais. De forma complementar, Nogueira (2021) ressalta que o domínio técnico no tiro policial está associado, na literatura, à continuidade do treinamento e exposição recorrente às situações operacionais, especialmente em contextos que envolvem tomada de decisão sob estresse.

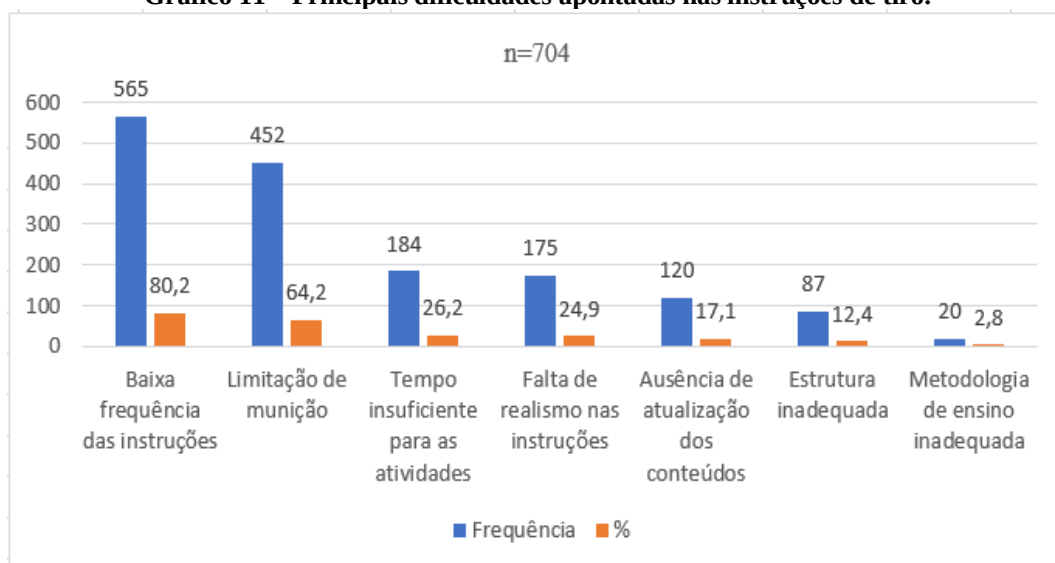
Mesmo que os resultados indiquem associações relevantes entre as variáveis analisadas, não se pretende estabelecer relações de causalidade, considerando o caráter descritivo da pesquisa.

4.5 Dificuldades estruturais e análise documental complementar

As dificuldades percebidas pelos participantes concentram-se predominantemente em aspectos estruturais relacionados à execução do treinamento, destacando-se a baixa frequência das instruções (80,2%) e a limitação de munição (64,2%). Em menor proporção, foram apontados o tempo insuficiente para as atividades (26,2%), a falta de realismo nas instruções (24,9%) e a ausência de atualização dos conteúdos (17,1%). Já a estrutura inadequada dos locais de instrução (12,4%) e a metodologia de ensino dos instrutores (2,8%) apresentaram baixa incidência, sugerindo que as principais limitações percebidas não estão associadas à capacidade técnica dos instrutores, mas às condições operacionais de execução do treinamento.

Embora a limitação de munição seja frequentemente mencionada como obstáculo relevante, a literatura aponta que a efetividade do treinamento também depende da qualidade metodológica das instruções, podendo ser ampliada por estratégias complementares, como treinamento a seco e simulações (Alves, 2025). Nesse aspecto, os resultados sugerem que as principais fragilidades do programa estão relacionadas à descontinuidade e à baixa regularidade das instruções, fatores que podem comprometer a consolidação das habilidades operacionais, conforme destaca Matos (2025).

Gráfico 11 – Principais dificuldades apontadas nas instruções de tiro.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise documental reforça essa compreensão ao evidenciar que, embora existam diretrizes normativas estruturadas e instrutores tecnicamente qualificados, persistem limitações percebidas quanto às condições práticas de implementação da capacitação. Assim, os resultados sugerem discrepância entre as diretrizes institucionais previstas e a percepção dos participantes acerca de sua implementação prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou analisar a execução do programa de capacitação em tiro policial da PMGO a partir da percepção dos policiais militares participantes da pesquisa, relacionando aspectos normativos, operacionais e organizacionais que influenciam sua efetividade. A investigação permitiu analisar a percepção dos policiais acerca do treinamento recebido, além de identificar fatores que contribuem para o fortalecimento ou limitação da capacitação profissional no contexto institucional.

A pesquisa evidenciou que a corporação possui estrutura normativa voltada à regulamentação das instruções de tiro policial, além de instrutores tecnicamente qualificados e bem avaliados pelos participantes. Esses elementos demonstram a relevância institucional da capacitação profissional e contribuem para a percepção positiva dos policiais quanto à segurança no uso do armamento.

Entretanto, os dados também demonstraram fragilidades relacionadas principalmente à baixa frequência das instruções, à descontinuidade do treinamento e às limitações operacionais para execução contínua das atividades. Embora a percepção de segurança para o uso do armamento tenha se mostrado predominantemente positiva, observou-se concentração de avaliações intermediárias quanto ao preparo técnico percebido, sugerindo que o treinamento atualmente executado ainda não é percebido como plenamente suficiente para o fortalecimento contínuo das competências operacionais. Nessa perspectiva, os resultados reforçam o entendimento presente na literatura de que a efetividade do treinamento em tiro policial depende da repetição prática, da atualização periódica e da adequação metodológica das instruções à realidade operacional.

Os resultados sugerem que os principais desafios do programa institucional de capacitação estão mais associados às dificuldades de implementação prática das diretrizes de treinamento, especialmente quanto à regularidade das instruções e às condições operacionais necessárias à sua execução, do que à ausência de regulamentação normativa ou à deficiência técnica dos instrutores. Tal constatação evidencia a importância do fortalecimento dos

mecanismos institucionais voltados à execução e continuidade da capacitação profissional no âmbito da corporação.

Como contribuição aplicada, o estudo aponta a necessidade de fortalecimento das diretrizes administrativas e normativas relacionadas ao treinamento em tiro policial, visando assegurar maior periodicidade das instruções e ampliar a efetividade da capacitação profissional. Nesse sentido, propõe-se a edição de portaria pelo Comando-Geral da PMGO, instituindo e disciplinando instruções periódicas anuais e continuadas destinadas aos policiais militares da ativa, a serem executadas pelos respectivos Comandos Regionais, com supervisão e apoio técnico do Centro de Instrução e Tiro (CIT). Como complemento à proposta, elaborou-se minuta da referida portaria, acompanhada de fluxograma representativo do processo de execução do programa, constantes nos Apêndices A e B.

Por fim, reconhece-se que a pesquisa apresenta limitações relacionadas ao recorte institucional adotado e à utilização predominante da percepção dos participantes como instrumento de análise. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros ampliem a investigação para outras unidades e contextos organizacionais, incorporando abordagens qualitativas e análises comparativas que possibilitem aprofundar a compreensão sobre a implementação e efetividade dos programas de capacitação em tiro policial no âmbito da segurança pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rafael Nogueira. **Treinamento a seco (dry fire) no tiro policial**: discussão sobre vantagens didáticas e incremento na eficiência do atirador. 2025. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública) – Secretaria de Segurança Pública / Universidade Estadual de Goiás – UEG, Coordenadoria de Ensino, Goiânia, 2025.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão estratégica de pessoas no setor público**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024**. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 855, de 13 de fevereiro de 2025**. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos profissionais de segurança pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Brasília, DF: SENASP, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 47, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 5. ed. Barueri, SP: Atlas, 2021.

COSTA, Leon Denis da. A defesa pessoal como nível de força policial: avaliação das técnicas do manual de defesa pessoal policial da Polícia Militar de Goiás. **Revista da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 2, n. 1, p. 241-261, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br>>. Acesso em: 21 maio 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5. ed. Campinas, SP: Alínea, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MATOS, Gustavo Melo de. Capacitação e treinamento continuado em armamento, munição e tiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe. **Revista da Ejuse**, Aracaju-SE, n. 34, e3425690, jan./dez. 2025.

MOREIRA, Manuel António. **A instrução e execução de tiro: modelos de formação**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Academia Militar, Lisboa, 2009.

NOGUEIRA, Rogério. **Tiro de combate e sobrevivência policial: método RCS: realismo em combate simulado**. 3. ed. Brasília, DF: Do autor, 2023.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Instrução Normativa nº 001, de 30 de abril de 2024**. Atualiza os grupos de armamentos adotados pela PMGO, o quantitativo mínimo de disparos a serem realizados nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização curriculares na Polícia Militar do Estado de Goiás, bem como nas instruções de habilitação, atualização, entrega de armamento e suas respectivas cargas horárias. Goiânia: PMGO, 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Portaria nº 13.313, 20 de maio de 2020.**
Aprova o Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás (REPMGO). 3. ed.
Goiânia: PMGO, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Portaria nº 14.744, de 27 de maio de 2021.**
Aprova Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução (NPCI) no âmbito da Polícia Militar de Goiás. Goiânia: PMGO, 2021.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Procedimento Operacional Padrão (POP).**
4. ed., Versão 4. Goiânia: PMGO, 2026.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas.** 2. ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2021.

APÊNDICES

Os apêndices apresentados a seguir reúnem os instrumentos e documentos elaborados pelo autor para subsidiar o desenvolvimento da pesquisa e a proposta aplicada apresentada:

APÊNDICE A – Minuta de Portaria de Implementação do Programa Periódico e Continuado de Treinamento em Tiro Policial da PMGO.

PORTARIA Nº __, DE __ DE _____ DE 2026

Institui o Programa Periódico e Continuado de Treinamento em Tiro Policial no âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás e estabelece diretrizes para sua execução.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98 do Decreto nº 10.715, de 25 de junho de 2025, e o § 3º do art. 3º c/c art. 4º da Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976, e tendo em vista o Processo SEI nº _____, e

Considerando que a Constituição Federal estabelece a segurança pública como dever do Estado e atribui às Polícias Militares a preservação da ordem pública e a polícia ostensiva;

Considerando os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, razoabilidade e responsabilização aplicáveis ao uso da força pelos profissionais de segurança pública;

Considerando o Decreto Federal nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que estabelece diretrizes nacionais sobre o uso da força pelos profissionais de segurança pública;

Considerando a Portaria nº 855, de 13 de fevereiro de 2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre procedimentos operacionais relativos ao uso da força e a necessidade de capacitação continuada dos profissionais de segurança pública;

Considerando o Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás (REPMGO), aprovado pela Portaria nº 13.313, de 20 de maio de 2020;

Considerando as Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução (NPCI), no âmbito da Polícia Militar de Goiás, aprovadas pela Portaria nº 14.744, de 27 de maio de 2021;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo da capacitação operacional dos policiais militares para o emprego seguro, técnico e proporcional do armamento institucional, bem como a necessidade de padronização, continuidade e fortalecimento institucional das instruções de tiro policial no âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, o Programa Periódico e Continuado de Treinamento em Tiro Policial, destinado aos policiais militares da ativa.

Art. 2º O programa tem por finalidade promover a capacitação continuada dos policiais militares para o uso técnico, seguro e proporcional do armamento institucional, mediante instruções periódicas de tiro policial.

Art. 3º Compete aos Comandos Regionais da PMGO planejar e executar, anualmente, as instruções previstas nesta Portaria em suas respectivas áreas de atuação, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Comando-Geral.

§ 1º As instruções de tiro policial deverão ocorrer de forma periódica e continuada, assegurando, no mínimo, a realização anual de treinamento para todos os policiais militares da ativa;

§ 2º O treinamento deverá contemplar a instrução na modalidade “Atualização” nos armamentos institucionais para os quais os policiais militares possuam habilitação para o uso, observadas as diretrizes operacionais e de segurança vigentes;

§ 3º Os Comandos Regionais poderão complementar as instruções previstas nesta Portaria com treinamentos adicionais, conforme necessidades operacionais, disponibilidade logística e peculiaridades regionais.

Art. 4º O Centro de Instrução e Tiro (CIT) exercerá supervisão técnica sobre o programa, competindo-lhe:

I – orientar tecnicamente a execução das instruções;

II – padronizar procedimentos metodológicos;

III – apoiar os Comandos Regionais no planejamento das atividades;

IV – propor atualização de protocolos e rotinas de treinamento.

Art. 5º Compete ao Comando de Apoio Logístico e Tecnologia da Informação (CALTI) realizar planejamento contínuo destinado ao fornecimento dos insumos necessários à execução do programa, observadas a disponibilidade orçamentária e as diretrizes administrativas da Corporação.

§ 1º Os insumos poderão ser fornecidos diretamente aos Grandes Comandos, obedecendo o trâmite de documentação necessária, como Nota de Instrução assinada por Instrutor de Tiro e aprovada pelo Centro de Instrução e Tiro e agendamento junto à seção pertinente para a retirada.

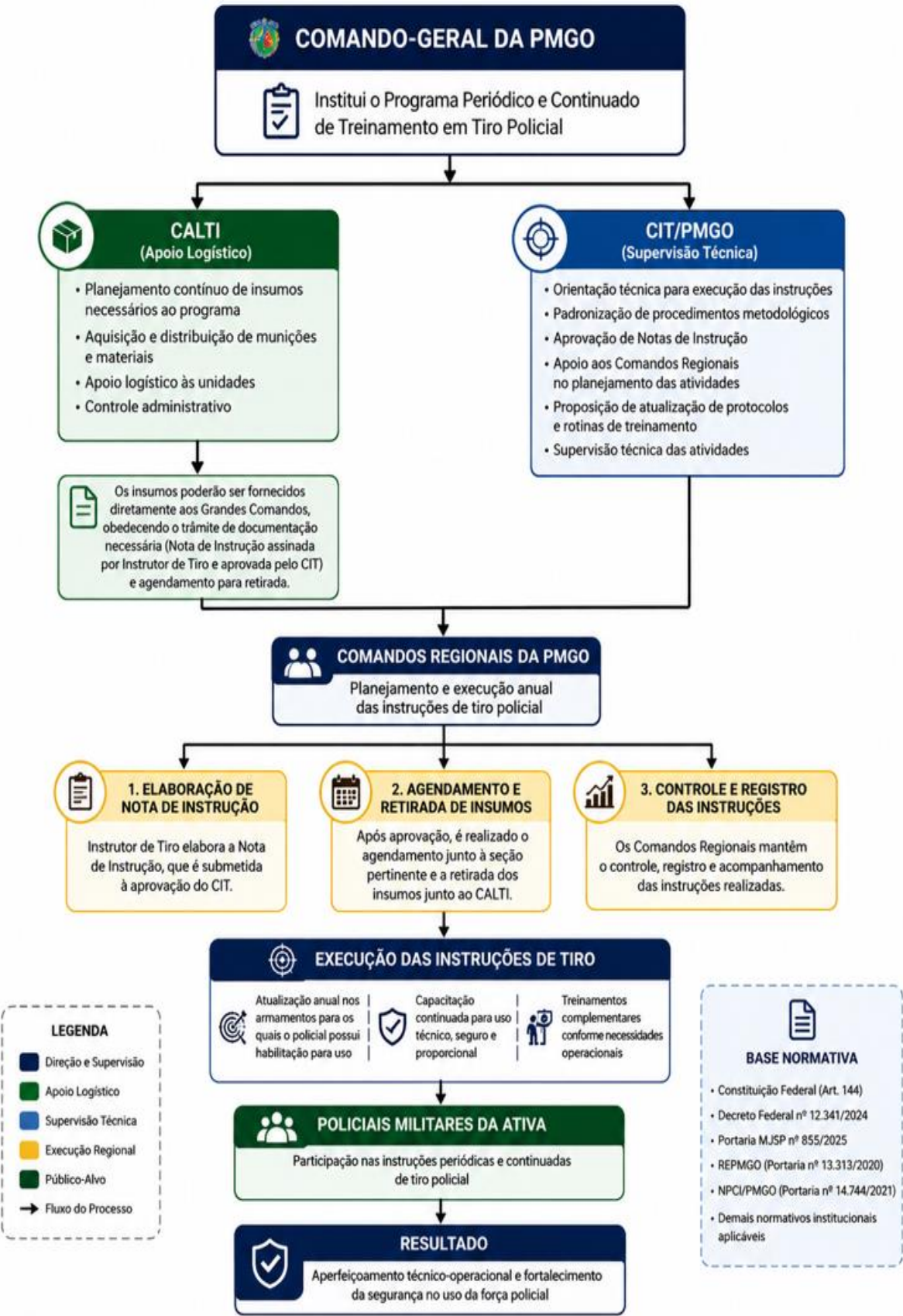
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Polícia Militar (DOEPM).

MARCELO GRANJA – CORONEL PM

Comandante-Geral

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

APÊNDICE B – Fluxograma do Processo de Execução do Programa.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na minuta de Portaria proposta (2026).

APÊNDICE C – Questionário aplicado aos policiais militares da amostra.

AVALIAÇÃO DAS INSTRUÇÕES DE TIRO POLICIAL MINISTRADAS PELO CENTRO DE INSTRUÇÃO E TIRO DA PMGO.

Este questionário tem como objetivo coletar respostas para pesquisa acadêmica desenvolvida no Curso de Especialização em Gestão em Segurança Pública – CEGESP, pelo Capitão QOPM Sergio Genival Amorim, sobre a Avaliação das Instruções de Tiro Policial da Polícia Militar do Estado de Goiás nos últimos 5 anos (2021 - 2025). O orientador do TCC é o Tenente-Coronel QOPM Leon Denis da Costa.

A participação é voluntária e anônima. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário encaminhado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica. Garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, através do telefone 64 98425 7262.

O tempo aproximado para responder esse questionário é de no máximo 5 (cinco) minutos.

Agradecemos a sua colaboração e solicitamos o envio aos demais colegas policiais militares de Goiás.

* Indica uma pergunta obrigatória.

Ao prosseguir, você declara que está ciente dos objetivos da pesquisa e consente livremente em participar. Caso decida por não participar, basta clicar em "Não" para encerrar a pesquisa. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

1 - Tempo de serviço na PMGO *

Marcar apenas uma oval.

☐ 1. Até 5 anos

☐ 2. 6 a 10 anos

- ☐ 3. 11 a 20 anos
- ☐ 4. 21 anos acima

2 - Qual tipo de serviço você desenvolve na maior parte do seu tempo na sua organização policial militar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Serviço Administrativo
- ☐ Serviço Operacional em unidades de área
- ☐ Serviço Operacional em unidades especializadas

3 - Participou de instrução de tiro nos últimos 5 anos, entre 2021 e 2025? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

4 - Com que frequência você participou de instruções de tiro fornecidas pela Polícia Militar de Goiás nesse período? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1. Mensalmente
- ☐ 2. Trimestralmente
- ☐ 3. Semestralmente
- ☐ 4. Anualmente
- ☐ 5. Esporadicamente
- ☐ 6. Raramente

5 - Como considera a frequência das instruções de tiro na Polícia Militar de Goiás? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1. Inadequadas/insuficientes
- ☐ 2. Pouco adequadas/pouco suficientes
- ☐ 3. Nem adequadas nem inadequadas
- ☐ 4. Adequadas/ suficientes
- ☐ 5. Muito adequadas/ muito suficientes

6 - Considerando as armas padronizadas na PMGO, marque somente as opções de armas que você é habilitado para o emprego (pode marcar mais de uma opção): *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pistola Beretta APX
- ☐ Submetralhadora Sig Sauer MPX
- ☐ Espingarda Benelli M3-A1 Calibre 12
- ☐ Fuzil Beretta ARX 200

7 - Considerando as armas nas quais é habilitado para o uso, recebeu atualização para o uso delas: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1. Dentro de 1 ano após a habilitação
- ☐ 2. Dentro de 2 anos após a habilitação
- ☐ 3. Mais de 3 anos após a habilitação
- ☐ 4. Apenas a instrução inicial de habilitação

8 - Das armas que você é habilitado, qual ou quais armas você sente menos confiante para utilizar no dia a dia do serviço operacional? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ A Pistola Beretta APX
- ☐ A Submetralhadora Sig Sauer MPX
- ☐ A Espingarda Benelli M3-A1 Calibre 12
- ☐ O Fuzil Beretta ARX 200

9 - Os instrutores demonstram domínio técnico do conteúdo. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

10 - As instruções que recebeu simulam situações reais de atuação policial. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

11 - As instruções que recebeu contribuem para a tomada de decisão em situações operacionais reais. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

12 - O conteúdo das instruções que recebeu é adequado às situações enfrentadas no serviço operacional. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

13 - Sinto-me tecnicamente preparado para o uso de armas de fogo padronizadas na PMGO. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

14 - As instruções de tiro aumentam minha confiança para atuar em ocorrências reais. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

15 - O treinamento recebido contribui para a redução de riscos na atuação policial. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

16 - Se sente seguro para utilizar arma de fogo em situação real? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 = Inseguro
- ☐ 2 = Pouco seguro
- ☐ 3 = Nem inseguro nem seguro
- ☐ 4 = Seguro
- ☐ 5 = Totalmente seguro

17- Na sua opinião, quais são as principais dificuldades nas instruções de tiro? (Pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Baixa frequência de instruções.
- ☐ Pouca munição nas instruções
- ☐ Estrutura inadequada dos locais de instrução.
- ☐ Metodologia de ensino dos instrutores de tiro.
- ☐ Tempo insuficiente para as instruções de tiro.
- ☐ Falta de realismo nas instruções ou sem aplicação no dia a dia do serviço policial.
- ☐ Falta de atualização dos conteúdos de instrução de tiro

18 - Espaço destinado para qualquer opinião, crítica, elogio ou reclamação sobre o assunto de instruções de tiro.

(Questão não obrigatória)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).